

Público

23-01-2019

**Periodicidade:** Diário  
**Classe:** Informação Geral  
**Âmbito:** Nacional  
**Tiragem:** 31885

**Temática:** Banca/Seguros  
**Dimensão:** 2317 cm<sup>2</sup>  
**Imagem:** S/Cor  
**Página (s):** 24/25

24 • Público • Quarta-feira, 23 de Janeiro de 2019

## ECONOMIA

# Auditoria à CGD já fez vítimas entre gestores da banca

As decisões de gestão que estiveram na origem de perdas significativas no banco público, e que foram identificadas na auditoria da EY, já tiveram consequências para alguns dos banqueiros visados

### Banca Pedro Ferreira Esteves

Os gestores do banco público aprovaram, entre 2000 e 2015, financiamentos de centenas de milhões de euros apesar dos riscos identificados pelos directores das operações. E fizeram-no dezenas de vezes, ao longo de várias lideranças. Esse diagnóstico foi feito pela consultora EY na auditoria independente à gestão do banco público, que identificou perdas de mais de mil milhões de euros para as contas da Caixa Geral de Depósitos, só até 2015. O documento já chegou às autoridades, quer de supervisão (Banco de Portugal), quer judiciais (Ministério Público). E já teve consequências, nomeadamente o afastamento de dois nomes das listas de cargos na banca para os quais tinham sido escolhidos.

Fonte oficial do supervisor da banca, questionada sobre os efeitos que a auditoria da EY já teria tido, sintetizou ao PÚBLICO que “o Banco de Portugal tem em atenção toda a informação relevante para efeitos de supervisão prudencial”. No âmbito da supervisão prudencial, o Banco de Portugal (BdP) e o Banco Central Europeu (BCE) avaliam, entre outras questões, a idoneidade dos gestores nomeados para cargos de topo nos bancos, através de um mecanismo designado de *fit and proper* (avaliação e adequação). E foi nesse âmbito que a auditoria da EY já teve consequências.

O antigo administrador da CGD, Pedro Cardoso, que fez parte da administração da Caixa no período em que a auditoria identificou mais problemas, entre 2007 e 2012, estava na calha para ser o novo presidente-executivo do Bison Bank, a instituição que sucedeu ao Banif Investimento. Segundo noticiou o *Jornal Económico*, há poucos dias, o seu nome caiu por não ter passado no crivo de idoneidade aplicado pelas autoridades de supervisão, nomeadamente o BdP

e o BCE (através do Mecanismo Único de Supervisão).

Outro nome envolvido em decisões de idoneidade por parte destas entidades é o de Norberto Rosa, que estava na lista da equipa de Miguel Maya para liderar o BCP e que ficou meio ano à espera da luz verde dos reguladores, acabando por cair no final do ano passado, sem qualquer chumbo explícito, mas também sem autorização, segundo noticiou o *Jornal de Negócios*. Rosa foi, antes, integrar a equipa directiva da Associação Portuguesa de Bancos, presidida há vários anos por Faria de Oliveira, que liderou a equipa da Caixa que integrava Norberto Rosa.

### Risco ignorado

Em causa estão decisões tomadas contra o parecer técnico da Direcção Global de Risco (DGR) do banco, reveladas pela auditoria da EY, cuja versão preliminar foi divulgada pela ex-deputada do Bloco de Esquerda, Joana Amaral Dias, na CMTV, e citada ontem por vários órgãos de comunicação social.

Segundo o documento – não oficial e que teve outras versões, nomeadamente uma versão final que já foi enviada para diversas autoridades em meados do ano passado –, foram identificadas operações de crédito cuja aprovação foi tomada exclusivamente pela administração, sendo que essa situação aconteceu em 7% dos casos relativos a grandes devedores, ignorando a avaliação de risco obrigatória nestas operações.

Adicionalmente, 21% dos empréstimos aprovados foram-no sem recurso a qualquer apoio técnico. Há casos ainda de créditos sem garantias ou com falta de informação ou de dados técnicos. Na auditoria pode ler-se que várias operações problemáticas foram “aprovadas com parecer de análise de risco desfavorável, não se encontrando documentadas as justificações para a tomada de risco contrária ao parecer” da DGR.

O antigo presidente da Caixa, Fer-



FÁBIO TEIXEIRA

nando Faria de Oliveira, explicou, à RTP3 que “o conselho de crédito dá pareceres que não são vinculativos. Os conselhos de crédito abrangem um número muito grande de pessoas. Os assuntos são discutidos, toma-se uma decisão final e que eu me lembre nunca houve uma declaração de voto mesmo da área de risco em relação às decisões tomadas”.

Faria de Oliveira liderou a Caixa no período em que a auditoria da EY é mais negativa no cumprimento das regras de avaliação de créditos, em especial entre 2007 e 2012. Até 2008, o presidente do banco foi Carlos Santos Ferreira, antecedido por António Sousa, cuja gestão também é visada pelos consultores. José Matos fecha o período de análise da auditoria. Todos revelaram, segundo a EY, problemas relacionados com o cumprimento das regras de concessão de crédito.

Os casos de maior dimensão identificados pela auditoria dizem respeito a sete financiamentos de elevados montantes, entre os quais se destacam as perdas relacionadas com a Artlant (fábrica da antiga La Seda em Sines), Quinta do Lago e Birchview. Mas também são identificados problemas com a concessão de empréstimos à Investifino, de Manuel Fino, Finpro, sociedade de investimento



MIGUEL MANÇO

**Os dados agora revelados pela auditoria da EY são parciais porque só chegam a 2015. O grosso das perdas da Caixa registou-se em 2016, no âmbito da recapitalização**

de Américo Amorim e Banif, bem como às sociedades de Joe Berardo, entre a Fundação Berardo e a Metalgest. Neste grupo de grandes devedores, os financiamentos ascenderam a mil milhões de euros, com perdas reconhecidas, em 2015, de 580 milhões de euros.

Ao todo foram descobertas 64 operações que não cumpriram as regras de concessão de crédito, num universo total de 200 empréstimos avaliados em quase três mil milhões de euros. As perdas sofridas pela Caixa na sequência do reconheci-

## O relatório relativo à Caixa Geral de Depósitos foi recebido e junto a um inquérito já existente a correr termos no DCIAP. Não tem arguidos constituídos

Procuradoria-Geral da República  
 Comunicado



HUGO CORREIA/REUTERS



MIGUEL MANDO

**Gestão de Faria de Oliveira, Santos Ferreira, António Sousa e José Matos estão na mira das autoridades, entre BdP e Ministério Público**

O documento aborda ainda a questão dos prémios e salários dos gestores, em especial no período 2000-2008, durante o qual “não foi obtida evidência dos princípios orientadores para a remuneração variável aplicada, concluindo-se que as decisões foram tomadas de forma avulsa”. “Mesmo perante resultados negativos foi decidido atribuir remuneração variável e emitido voto de confiança”, lê-se no relatório da auditoria.

### Investigação sem arguidos

A auditoria da EY chegou à Procuradoria-Geral da República (PGR) em Julho do ano passado e, segundo explicou ontem fonte oficial da entidade ao PÚBLICO, o caso ainda não tem arguidos constituídos, tendo sido “junto a um inquérito já existente a correr termos no DCIAP”. O Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) tem em curso, desde Setembro de 2016, uma investigação à concessão de créditos sem garantias a 100 dos maiores credores do banco, que podem constituir prá-

ticas criminosas de “administração danosa”, entre outros crimes.

Segundo noticiou o *Negócios* em Julho do ano passado, o Ministério Público suspeita de uma “intencional prática de favorecimento de determinados agentes económicos em detrimento de outros” e de uma omissão “deliberada” sobre o incumprimento em determinados créditos. Esta investigação arrancou durante a breve passagem de António Domingues pela presidência da CGD.

A PGR explicou ainda, através de fonte oficial, que “muito recentemente foi recebido na Procuradoria-Geral da República, um pedido, proveniente da Assembleia da República (Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa), de acesso ao referido relatório [da EY]. A solicitação foi encaminhada para análise no âmbito do processo respectivo”. Isto na sequência da repetida recusa dos responsáveis da Caixa de fornecer a lista dos maiores devedores do banco durante a comissão parlamentar à gestão do banco público, alegando sigilo bancário e segredo de justiça.

O Ministério das Finanças, entretanto, referiu, esta terça-feira, ter pedido à administração da Caixa Geral de Depósitos, quando a auditoria foi entregue à equipa de Paulo Macedo, em meados do ano passado, que tome “todas as diligências necessárias para apurar quaisquer responsabilidades” nos actos detectados pela auditoria e adopte as “medidas adequadas” para defender o património do banco.

Segundo explicou fonte oficial das Finanças ao PÚBLICO, o executivo deu instruções à CGD para que o relatório “fosse remetido ao Banco de Portugal e ao Mecanismo Único de Supervisão do Banco Central Europeu, bem como a outras autoridades judiciais, de inspecção, de supervisão ou em matéria tributária, caso os elementos do relatório se afigurassem relevantes para o exercício das suas atribuições”.

O Ministério das Finanças garante, em conclusão, que “continuará a acompanhar este tema, tendo transmitido ao conselho de administração da CGD a necessidade de tomar as medidas adequadas para a defesa da situação patrimonial” do banco.

com **Liliana Borges e Lusa**

pedro.esteves@publico.pt

### CDS exige amanhã explicações

O CDS-PP marcou para amanhã, quinta-feira, um debate de actualidade no Parlamento para exigir explicações ao Governo sobre o que tenciona fazer com as conclusões da auditoria à Caixa e como irá apurar “responsabilidades” sobre as administrações que concederam créditos sem garantias e que acabaram por obrigar à recapitalização do banco público. O deputado João Almeida acusou PS, BE e PCP de terem “impedido” politicamente o Parlamento, através da comissão de inquérito, de aceder a esta informação, contrariando até decisões dos tribunais que “reconheceram que a AR tinha direito a aceder à informação”. Conhecer o relatório na altura teria permitido enviar “para o Ministério Público um relatório muito mais sustentado, com factos e depoimentos dos responsáveis”. Mas o BdP tem de explicar “como é que, mais uma vez, não se apercebeu de que normas fundamentais do funcionamento da actividade bancária não foram cumpridas na Caixa”. A posição do PS é de cautela: João Paulo Correia disse ao PÚBLICO que o debate irá determinar o que fazer a curto prazo sobre os resultados desta auditoria. Cujo conteúdo, realça, “não se conhece totalmente”. O deputado defende que a AR tem agora de questionar a PGR, a administração da Caixa e o governador do BdP “se vale a pena manter o relatório fora da AR quando já está na praça pública”. O comunista Jorge Pires defendeu que devem ser apuradas “responsabilidades pessoais, mas também políticas” e a líder bloquista Catarina Martins não quis comentar a auditoria por não conhecer o conteúdo.

**Maria Lopes**

mento das imparidades registadas nestes créditos ultrapassaram os 1,2 mil milhões de euros, mas só até 2015, o último exercício analisado pela EY. No entanto, o impacto negativo nos resultados do banco público foi superior, dado que a grande parte das perdas só foram reconhecidas nas contas a partir de 2016, no âmbito da recapitalização com dinheiros públicos que ascendeu a 4,9 mil milhões de euros.

Refira-se ainda que a versão preliminar da EY divulgada só se debruça sobre uma das partes da audito-

ria, a da concessão problemática de créditos. Isto porque a consultora também avaliou outras práticas da gestão, nomeadamente a evolução dos investimentos financeiros – onde se encontra a desvalorização da participação no BCP, por exemplo, que gerou perdas de 559 milhões de euros devido à queda das acções –, mas também as apostas estratégicas do banco, onde se destaca o negócio em Espanha, que foi acumulando prejuízos ao longo dos anos até ser vendida, no final de 2018, por 364 milhões.